

GRUPO PARLAMENTAR



Ex.mo Senhor Presidente  
da Comissão de Ambiente, Energia e  
Ordenamento do Território  
Senhor Deputado José Maria Cardoso

**Assunto: Audição do Secretário de Estado Adjunto e da Energia**

Os Verdes não são por princípio contra todas e quaisquer explorações mineiras, à exceção da exploração de urânio, até porque os recursos naturais e do subsolo podem constituir uma riqueza e uma mais valia para o país, mas muitas explorações incompatibilizam com os direitos e interesses das populações locais pondo em causa a sua qualidade de vida e os grandes valores ambientais ameaçando os recursos naturais que são suporte da Vida. Nunca qualquer tipo de exploração de recursos naturais pode estar contra os interesses locais podendo contribuir igualmente para melhorar a qualidade de vida de todos nós.

Todavia, a indústria extrativa ou qualquer outra atividade não podem nem devem colocar em causa o ambiente, a biodiversidade, os ecossistemas nem comprometer a própria qualidade de vida das populações, embora a indústria extrativa tenha uma particularidade comparada com as demais atividades é que os minérios, as rochas têm uma localização específica e não se podem relocalizar.

Hoje, dia 23 de junho, foi noticiado pela comunicação social que no ano de 2020 já foram assinados entre o Estado e promotores privados dezasseis contratos, dos quais nove de prospeção e pesquisa de recursos minerais e sete contratos de exploração, não tendo a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) aguardado pela publicação da nova regulamentação das minas que está a ser elaborada, que poderá apertar as normativas ambientais relativamente às explorações mineiras.

A informação relativamente aos contratos assinados para prospeção e pesquisa ou exploração de recursos geológicos não consta na página da DGEG, alegadamente pelo facto do site desta entidade se encontrar em remodelação.

Deste modo, para além da informação que veio a público através da comunicação social, nada se sabe relativamente à localização, promotores, tipo de exploração, entre outras informações relevantes em particular para as populações que, frequentemente, se opõe a algumas explorações pelo facto destas trazerem impactos não só ambientais, mas também porque podem comprometer a sua qualidade de vida. A notícia adianta que dos contratos de prospeção sete são para ouro, cobre, zinco e outros minerais (minerais metálicos) e dois para quartzo, enquanto que os contratos de exploração são para minerais não metálicos (caulino, o quartzo ou o feldspato).

Supostamente nenhum destes 16 contratos são para lítio, todavia não significa que este mineral não possa vir a ser acrescentado *a posteriori*, conforme se verificou com a exploração de lítio em Morgade (Montalegre) e no Barroso (Boticas) que têm merecido grande contestação por parte das populações, tal como se constata com o processo de exploração na Argemela e a Serra de Arga.

Ora, a notícia que hoje veio a público vem confirmar que o processo da prospeção e pesquisa e exploração mineira está envolto de enorme secretismo e de pouca transparência pelo que se torna necessário que os responsáveis do Governo que têm acompanhado e fomentado este processo, Ministro do Ambiente e da Ação Climática e o Secretário de Estado da Energia, devem prestar todas as informações relativamente aos contratos que foram assinados em 2020, num ano que tem sido particularmente atípico devido à pandemia da COVID-19.

Neste sentido, tendo em conta o secretismo no processo de exploração de recursos geológicos e a assinatura de contratos quando está na iminência uma alteração significativa das normativas relativamente à exploração mineira, **o Grupo Parlamentar Os Verdes requer a realização de uma Audiência, com carácter de urgência, do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia.**

Assembleia da República, 23 de junho de 2020

A Deputada

Mariana Silva